

Município forte. Brasil forte.



SEMINÁRIO REGIONAL DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

Santos - SP

Responsabilidades da União – Logística Reversa



O que é Logística Reversa?

Lei 12.305/10: “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um **conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial**, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;”

Como funciona?

Depende do resíduo. A lei explicita que alguns resíduos devem ter a logística reversa realizada por quem fabrica, importa e comercializa, independente do serviço de limpeza pública, outros não.

Alguns resíduos possuem a logística reversa regulada pelo CONAMA, outros por acordo setorial.

Lei 12.305/10: Resíduos cuja responsabilidade de coletar e destinar à logística reversa **NÃO** é do Município:

Art. 33. **São obrigados** a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos **após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público** de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, **os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:**

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;
- II - pilhas e baterias;
- III – pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Logística Reserva



Existem cadeias que já possuem sistemas de logística reversa implantados, anteriormente à Lei nº 12.305/2010, por meio de outras tratativas legais. Prefeitos devem fiscalizar estas cadeias:

- **Embalagens de agrotóxicos:** Lei 7.802/89
- **Pneus:** Resolução CONAMA 416 de 2009
- **Óleo lubrificante usado ou contaminado (Oluc);** Resolução CONAMA 362 de 2005
- **Pilhas e baterias:** Resolução CONAMA 401 de 2008



Resíduos da Construção Civil



- **Resíduos de Construção Civil:** apesar de não explicitado na PNRS, a coleta, transporte e disposição final adequada destes resíduos é de responsabilidade do gerador e não do Município. Este gerenciamento foi regulamentado pela Resolução CONAMA 307 de 2002.



Dos resíduos cuja coleta, transporte e disposição final adequada não é do Município, falta regulamentar via acordo setorial coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente com o setor empresarial:

- **Eletroeletrônicos:** não há acordo setorial
- **Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista:** aprovado dia 01/07/14 – sob consulta pública.
- **Embalagens de óleos lubrificantes e seus resíduos:** aprovado dia 19/11/2012

Outros dois tipos de resíduos ainda terão a logística reversa definida pelo MMA via acordo setorial. Para estes dois tipos de resíduos há a participação do Município na coleta, transporte e articulação para logística reversa, mas a destinação final para reciclagem deve ser pelo setor empresarial.

- **Descarte de Medicamentos:** não há acordo setorial.
 - **Embalagens em Geral:** aprovado dia 01/07/14 – sob consulta pública.
- A cadeia que mais impacta os Municípios é a de **Embalagens em Geral**, pois corresponde a grande proporção dos resíduos domiciliares.
- Enquanto não há efetividade da Logística Reversa, os Municípios arcam com as despesas e penalidades. São obrigados a fazerem a coleta seletiva, mas não há viabilidade econômica em Municípios pequenos. **Sem logística reversa, o que fazer com os resíduos recicláveis?**

Obrigada!



Cláudia Lins

(61) 2101-6024 | saneamento@cnm.org.br